

# Capital social e capital humano: os caminhos para o desenvolvimento local no PDS Bonal e Projeto RECA

Capital social y capital humano: caminos hacia el desarrollo local en el Proyecto PDS Bonal y RECA

*Social capital and human capital: paths to local development in PDS Bonal and RECA Project*

## AUTORES

**Ana Paula Diniz Brito\***

[anapauladinizb@hotmail.com](mailto:anapauladinizb@hotmail.com)

**Claudio Ruy Vasconcelos da Fonseca\*\***

[claudioruy.fonseca@gmail.com](mailto:claudioruy.fonseca@gmail.com)

\* Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, Brasil).

\*\* Doutor em Ciências Biológicas. Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, Brasil). Professor da Universidade Estadual do Amazonas (UEA, Brasil).

## RESUMO:

O presente artigo tem por finalidade avaliar a importância dos elementos não econômicos, como o capital social e capital humano, para o desenvolvimento local em duas comunidades da Amazônia: os assentamentos PDS Bonal e Projeto Adensado RECA. O trabalho inclui variáveis para representar o capital social com base nos estudos de Putnam (1993) e variáveis representativas na construção do capital humano (Knack & Keeffer, 1997). Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com a finalidade de responder questões referentes à importância dos elementos para alavancar o desenvolvimento local. Os resultados apontam que a gestão da vida produtiva e social acontece de forma distinta para as comunidades, os entes não econômicos estão proporcional à qualidade política de cada local minimizando os problemas. O Projeto RECA apresentou índices de uma comunidade com ganhos significativos em relação ao compartilhamento de redes, enquanto o PDS Bonal ainda não desenvolveu mecanismos para trabalhar em equipe.

## RESUMEN:

El propósito de este artículo es evaluar la importancia de elementos no económicos, como el capital social y el capital humano, para el desarrollo local en dos comunidades de la Amazonia: los asentamientos PDS Bonal y Proyecto Adensado RECA. El trabajo incluye variables para representar el capital social con base en estudios de Putnam (1993) y variables representativas en la construcción de capital humano (Knack & Keeffer, 1997). Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, con el propósito de responder interrogantes sobre la importancia de los elementos para potenciar el desarrollo local. Los resultados indican que la gestión de la vida productiva y social se da de manera diferente para las comunidades, las entidades no económicas son proporcionales a la calidad política de cada localidad, minimizando los problemas. El Proyecto RECA presentó indicadores de una comunidad con ganancias significativas con relación al intercambio de redes, mientras que el PDS Bonal aún no ha desarrollado mecanismos para el trabajo en equipo.

## ABSTRACT:

The purpose of this article is to evaluate the importance of non-economic elements, such as social capital and human capital, for local development in two communities in the Amazon: the PDS Bonal and Projeto Adensado RECA settlements. The work includes variables to represent social capital based on studies by Putnam (1993) and representative variables in the construction of human capital (Knack & Keeffer, 1997). This is exploratory and descriptive research, with the purpose of answering questions regarding

---

the importance of elements to leverage local development. The results indicate that the management of productive and social life occurs differently for communities, non-economic entities are proportional to the political quality of each location, minimizing problems. The RECA Project presented indicators of a community with significant gains in relation to network sharing, while PDS Bonal has not yet developed mechanisms for teamwork.

## 1. Introdução

A agricultura familiar exerce uma grande importância na economia brasileira. Além da produção de alimentos para subsistência, corresponde à representação de 77% da produção agrícola do Brasil conforme a publicação do Censo Agropecuário (2017), informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente esse segmento representa 23% dos valores de produção agrícola, 67% da mão-de-obra dos estabelecimentos agropecuários e ainda 23% da área total produtiva do país. Apesar disso, as decisões no campo ainda são tomadas baseadas na vivência desses produtores que, de forma empírica, alocam seus recursos produtivos respaldados em suas escolhas referentes quantidades de terra e capital a serem reservados para suas múltiplas atividades.

O agravamento no processo produtivo é representado pelas peculiaridades da Amazônia, como por exemplo, a dificuldade de escoamento dos produtos por conta do vigoroso inverno amazônico, que impõe graves prejuízos à precária infraestrutura viária, fato que leva esse produtor familiar a gritar por políticas públicas porque em muitas vezes estão atreladas às cooperativas e associações de produtores rurais. Nesse cenário destaca-se a importância dos elementos intangíveis representados nessa pesquisa através do capital humano e capital social para o desenvolvimento das localidades da zona rural.

Aqui se destacam os mecanismos criados por esses trabalhadores para superarem as dificuldades da técnica tradicional de trabalho para novos métodos inovadores para aperfeiçoar a produção e economizar recursos. Segundo Ruy Miller Paiva (1971) essa alocação de recursos tange a eficiência da gestão que vai além da mudança de costumes até a necessidade de inclusão de novas tecnologias, conhecimentos científicos, redes de compartilhamentos e confiança.

Nesse cenário, elementos como o capital social e capital humano são essenciais para mudanças de paradigmas e aumento da eficiência produtiva no campo. O conceito de capital social configura-se no “respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1996, p. 177). Para o autor o capital social representa uma construção histórica, ou seja, as comunidades através de suas vivências e experiências em grupos são responsáveis por uma ampliação dos vínculos de confiança que garantem ganhos coletivos, quanto mais se usa o capital social, mais se adquire, e o capital social impõe as condicionantes para a interação do capital humano nesse processo de desenvolvimento local.

O capital humano configura-se na economia como a força de trabalho qualificado e elemento produtivo imprescindível para alavancar o desenvolvimento, as habilidades, conhecimentos e vivências dos atores sociais e representam ganhos significativos no processo produtivo.

No entanto, foi negado durante anos, o destaque do capital humano, porém, autores como Adam Smith e Marx em suas obras apresentaram a ideia do aperfeiçoamento da força de trabalho, que a Teoria Neoclássica ou versão Keynesiana atribuíam como capacidade gerencial e incorporação do progresso técnico. Com esse pensamento, o elemento capital humano não era visto como figura respeitável para explicar o desenvolvimento local, já que se apoiavam em outros fatores como tecnologia, inovação e capacidade produtiva.

O final do século XX é marcado por uma quebra de paradigma, onde o conhecimento intelectual, capital humano e inteligência competitiva são inseridos no debate dos fatores de produção que anteriormente eram atribuídos apenas a três elementos (terra, capital e trabalho).

### **PALAVRAS-CHAVE**

Capital social;  
políticas públicas;  
organizações;  
redes de  
compartilhamento;  
desenvolvimento  
local.

### **PALABRAS CLAVE**

Capital social;  
políticas públicas;  
organizaciones;  
compartir redes;  
desarrollo local.

### **KEYWORDS**

Social capital;  
public policies;  
organizations;  
sharing networks;  
local development.

Recibido:  
25/05/2022

Aceptado:  
14/07/2023

É notório que os fatores de produção são responsáveis pela criação das riquezas do mundo, é são finitos, configurando-se um dos grandes desafios a economia moderna, os elementos intangíveis como capital humano e capital social, os quais gozam da capacidade de serem inexauríveis. Dessa forma, o presente século inicia-se de modo diferente nas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, e a presença dos elementos intangíveis representa um processo de modificação que permite um crescimento local positivo, em virtude dos elementos tais como: capital humano e capital social e a representação democrática desses elementos no cotidiano das comunidades situada na Amazônia.

## 2. Capital Social e capital Humano: uma abordagem teórica

Formalizada por Shutz (1971), a teoria do capital humano enfatiza que os investimentos em capacidade intelectual resultam no desenvolvimento econômico de uma determinada localidade, sendo que, na medida em os investimentos são feitos nos indivíduos, aumentam conseqüentemente os ganhos produtivos dos trabalhadores, ganhos econômicos e sociais.

Nas palavras de Gaudêncio Frigotto (1993), a educação é uma ferramenta primordial para garantir uma teia sólida de conhecimento dominante e ainda ampliação do crescimento de mercado.

Paralelamente, a teoria do capital humano evidencia que a educação está intimamente relacionada ao desenvolvimento econômico e que os índices de renda alta estão diretamente pautados aos maiores níveis educacionais. Dessa forma, a educação é tida como mecanismo para solucionar problemas (Unesco, 2005).

Portanto, um país que busca competir em condições igualitárias com outros, precisa investir em capital humano. Além disso, confere o desempenho educativo e a capacidade dos alunos no processo de desenvolvimento local. Por consequência, os países começam a “questionar se os alunos que se formam em seus sistemas educacionais possuem a capacitação necessária ao crescimento econômico do país” (Unesco 2005, p. 6).

Frigotto (1993) aponta questões relacionadas à ineficiência da educação, desse modo aponta o autor:

Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital (Frigotto, 1993, p. 224).

Com a identificação das fragilidades dos fatores de produção devido a escassez dos conjuntos (terra, capital e trabalho) e as limitações do conhecimento (educação) podemos compreender que logicamente, o processo de acumulação de riquezas de uma comunidade não pode ser apenas responsabilidade do capital humano, embora a literatura identifique a importância dos entes não-econômicos, tais como, capital humano e capital social. Entretanto, é fundamental que, aliado a força de trabalho qualificado, haja também estoque de capital físico para sustentar o desenvolvimento local.

Nas últimas décadas poucos conceitos tiveram tanta notoriedade como o conceito de capital social. Para Putnam (2000) a importância do conceito permite organização social, maior confiança, possibilidade de redes de compartilhamento e sistemas ordenados que contribuem para alavancar o desenvolvimento local, facilitando ações coordenadas.

Putnam (2000), diz ainda que o capital social seria uma espécie de recurso comunitário/ coletivo intangível ligado à cultura e ao *ethos* regional, através dos quais uma comunidade se beneficiaria por suas ações coletivas com ganhos políticos e econômicos.

Dessa forma, as teorias e ideias que visam o debate relacionando a importância dos efeitos positivos referentes ao capital social no ambiente econômico deverão ser consideradas. Primeiramente, a literatura

apresentou conceitos de cunho exclusivamente sociológico e político, assim a teoria alusiva ao capital social surge em meados de 1920, porém, o foco na perspectiva econômica inicia com os trabalhos de James Coleman (1988) e Robert Putnam (1990), que inseriram a expressão “capital social” para designar um conjunto de relações interpessoais que crescem no comportamento econômico.

Olson (1965 e 1982) em sua análise sobre a ação coletiva e interações sociais dos indivíduos discute questões sobre o ambiente institucional, social e político, além da representação dos atores sociais inseridos nesses contextos e suas escolhas econômicas (*trade offs*). Nessa visão, elementos da organização informal são observados, tais como, afinidades entre os indivíduos, relacionamento de amizade, grau de parentesco e confianças nas instituições presentes nas localidades.

Vale ressaltar que o termo “capital social” (Olson, 1982), propõe a formação voluntária de grupos não formais, conhecidos na literatura como grupos voluntários (*inclusive groups*) que exercem grande importância no ambiente comum das comunidades; esses indivíduos buscam uma organização em prol de elementos significativos para o cotidiano, e normalmente essa atuação acontece fora do contexto de mercado ou trocas econômicas. Na busca por ações notadamente não-econômicas e de interesse coletivo, o grupo mobiliza-se num movimento comum que culmina na provisão de bens públicos.

Se os membros de um grupo pequeno que tivesse interesse num benefício público fossem também amigos pessoais, e alguns membros do grupo deixassem todo o ônus decorrente da provisão deste bem público para os demais, eles poderiam, mesmo que ganhando economicamente com tal conduta, perder socialmente com ela, e a perda social poderia ser preponderante ao ganho econômico (Olson, 1965, p. 60).

Com uma terminologia bem peculiar o capital social refere-se à generalidade da construção de riquezas inseridas no processo produtivo que vai além dos recursos físicos, dessa forma o capital físico representa um estoque de bens, o capital social um estoque de relações e valores e o capital humano um conjunto de habilidades e competências. Vale ressaltar que o capital social se configura no ambiente coletivo já que é compartilhado pelo conjunto da sociedade, dessa forma, o aumento do capital social dependeria das condicionalidades de uma comunidade, o aprofundamento das relações, confiança e criação de redes (Meda, 2002).

Francis Fukuyama (2001), considera o capital social como uma espécie de “valor” ou “bem adquirido”, que se desenvolve no âmbito das relações sociais com o intuito de redirecionar à cooperação entre indivíduos e grupos, baseada em virtudes tradicionais da sociedade como a honestidade, confiança, cumprimento de compromissos, cooperação e reciprocidade.

Todos os grupos que incorporam o capital social tendem a ter um determinado raio de confiança, que é o círculo de pessoas entre as quais as normas de cooperação são operatórias. Se o capital social do grupo produz externalidades positivas, o raio de confiança pode ser maior do que o próprio grupo (Fukuyama, 2001, p. 8)

Portanto, a confiança propicia proximidade entre os indivíduos, grupos e instituições podendo interferir na fundamentação do desenvolvimento local e a permanência das relações estabelecidas através do capital social. Nesse processo desenvolvimentista os conceitos de capital tiveram grande importância na construção do crescimento econômico e, através de entes econômicos e não econômicos as comunidades construíram elos de trocas de experiências. Como o próprio conceito do capital social abrange o coletivo, torna-se um tipo de capital que só seria “acumulativo” ou “acrescido” se houver a reciprocidade, confiança nas relações que se estabelecem (Putnam, 1996).

O presente trabalho optou por uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, de natureza qualitativa. O estudo de caso foi escolhido em função da problemática dos temas abordados e a necessidade do entendimento dos entes-não econômicos de forma prática e não apenas teórica no processo de desenvolvimento local.

Foram estabelecidos critérios importantes na coleta de informações e dados, um corte temporal e espacial dos fenômenos estudados, os territórios mapeados e o processo de formação, organização social e dinâmica de vida produtiva. Além do mais, foram respondidas questões “como e por que”? Preferencialmente a partir das estratégias metodológicas que foram desenvolvidas para o entendimento do tema.

Minayo (1999) afirma que a compreensão da lógica que permeia a prática da realidade, ou seja, uma preocupação com o nível de realidade que não pode ser quantificado vai além da existência dos fenômenos. Além do mais, essa abordagem busca na sua construção de um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que corresponde a uma análise da complexidade das relações do cotidiano numa lógica econômica, ambiente e social.

### 3. Metodologia

A metodologia adotada para a construção do presente trabalho sobreveio no formato de pesquisa ação com a formação dos grupos focais em dez famílias de cada assentamento (com média de 4 a 6 pessoas por unidade familiar), no PDS Bonal a pesquisa de campo compreendeu o período do verão amazônico de junho a novembro de 2021, e no Projeto RECA de dezembro de 2021 a março de 2022, o mecanismo utilizado para a compreensão dos níveis Capital Social e Capital Humano da população estudada foi feito através da adaptação do questionário semiestruturado do Banco Central (2003), para medir níveis de entes não econômicos, e por conta da complexidade do tema às dimensões de níveis de capital de entes não econômicos nortearam o entendimento dos níveis de desenvolvimento de cada elemento que integram a pesquisa. Dessa forma, os entes – não econômicos foram avaliados seguindo com base os estudos de Putnam (1993) e variáveis representativas para a construção de um perfil de capital humano através das literaturas de (Knack & Keeffer, 1997). Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com a finalidade de responder a importância de cada elemento para alavancar o desenvolvimento das comunidades.

A pesquisa descritiva tende a fornecer elementos e características de uma determinada população, ou fenômeno ou estabelecimento de informações entre as variáveis (Gil, 2008). Com o uso de técnicas padronizadas de coletas de dados assume a forma de levantamento bibliográfico.

### 4. Comunidades estudadas e suas peculiaridades com os entes não-econômicos: capital social e capital humano

#### 4.1. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Bonal

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Bonal é resultado de uma nova proposta de Reforma agrária na Amazônia, iniciada no começo dos anos 2000. Com princípios pautados na sustentabilidade o PDS é criado em julho de 2005, através de uma parceria entre o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária - INCRA e o governo do Estado do Acre.

A então área destinada ao novo Projeto corresponde ao complexo industrial de comercialização de palmito e látex, popularmente conhecido como “Fazenda Bonal”. Os proprietários do empreendimento adquiriram o complexo em 1970, inicialmente trabalhando com a exploração intensiva do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e com a crise relacionada à borracha no mercado nacional e internacional, houve a necessidade de diversificação produtiva através de investimentos em plantios de pupunhas (*Bactris gasipaes*) para a comercialização de palmitos, e com a aquisição de uma agroindústria para beneficiamento do produto e agregação do valor comercial a Empresa Fazenda Bonal ganha um novo leque no mercado.

Com as mudanças estruturais a empresa reduziu a quantidade de funcionários, entretanto alguns dos funcionários demitidos permaneceram no local em caráter informal trabalhando no processo de produção do látex. Com o passar dos anos trabalhando na informalidade, os moradores se organizaram através de uma associação para pleitear junto ao INCRA que o local se tornasse um assentamento de reforma agrária.

Essa mobilização resultou na compra do imóvel após cinco anos de lutas dos trabalhadores. A aquisição derivou na criação do PDS Bonal com a estrutura produtiva. Assim sendo 208 famílias assentadas, das quais 40 famílias já residiam na localidade antes de torna-se um assentamento.

Dessa forma nasce o PDS Bonal com um grande diferencial no processo de assistência as famílias sem-terra, configurando-se de forma coletiva no processo produtivo, com aspectos de sustentabilidade na sua implantação e ainda com uma agroindústria para beneficiamento de palmitos. Sem dúvidas esses três elementos representam um grande diferencial para o desenvolvimento da agricultura familiar na região.

O surgimento da primeira escola da comunidade aconteceu ainda na época da empresa, sendo que os filhos dos trabalhadores iniciaram a vida escolar numa pequena escola denominada Bom Destino, que à medida que a localidade cresceu em quantidade populacional, a escola também acendeu enquanto instituição de ensino, fundada em meados dos anos 1979 e com a construção de um prédio anexo para a educação infantil denominada de escolinha Criança Feliz, atualmente a escola ainda exerce um papel importante para a comunidade na contribuição dos elementos de ente-não econômicos tanto de capital humano como de capital social.

A presença das entidades religiosas na comunidade Bonal representa a construção de uma rede de compartilhamento e confiança; os 4 templos religiosos são responsáveis pelo suporte de solidariedade do assentamento, os líderes religiosos e seus membros desenvolvem um papel de apoio e fé na construção de uma comunidade melhor.

Destacam-se ações referentes à mobilização para ampliação de roçados, pastos e outras atuações do cotidiano como abertura de poço, construção de cercas, doação de água potável e mudas de fruteiras.

A organização social do assentamento atualmente divide-se em espaços coletivos públicos e ainda espaços privados. A instalação do novo prédio de funcionamento da nova agroindústria aconteceu em plena pandemia do covid-19, sendo que após anos de fechamento, a agroindústria de beneficiamento de palmitos Bonal prepara-se para o retorno de produção. Essa indústria tem grande representação econômica na comunidade, além da agregação de valor ao produto oriundo da agricultura familiar, também durante anos absorveu a mão-de-obra jovem da comunidade. Para os entrevistados da pesquisa os anos de maior pico de produção de palmitos representou o maior índice de renda por produção familiar do assentamento e ainda possibilitou para os filhos dos assentados a permanência na localidade.

O declínio da produção de palmitos evidencia dois fatores concomitantes. O primeiro trata-se da escassez de recursos produtivos destinados a renovação dos plantios de pupunhas da localidade, ou fator corresponde à insatisfação dos assentados quanto à estrutura organizacional do assentamento, que anteriormente era de forma coletiva, assim os assentados trabalhavam em conjunto na produção de palmitos e exploração do látex (Maciel, Oliveira & Alves Neto, 2018).

A forma coletiva de produção e a organização social do assentamento presente no formato original de criação sempre foi motivo de descontentamento por parte dos moradores. As agrovilas, por sua vez, buscam uma reprodução das cidades com ruas e espaço públicos para destinação de lixo, posto de saúde escolas, comércio e igrejas. Com o passar do tempo a disposição do assentamento nesse formato de aspecto urbano causou inúmeros problemas de ordem organizacional social.

Regras de convivências impostas pelo novo modelo de assentamento como, por exemplo, a proibição de animais domésticos tais, como galinhas, era motivo de brigas frequentes tanto com os gestores do assentamento, quanto com a comunidade, uma vez que mesmo com a proibição, alguns moradores criavam as aves sem cercados, isso fazia com que os animais invadissem a propriedade alheia e até destruíam plantações, e ainda gerava situações conflituosas entre os moradores, já que alguns deles não achavam justa a violação de regras, tendo esse impasse durado dois anos, até que o INCRA reavaliou e revogou a proibição.



As modificações estruturais na dinâmica do cotidiano do PDS Bonal aconteceram de forma a quebrar os paradigmas, uma vez que o diferencial do assentamento era exatamente a inovação no seu formato. Com uma política desenvolvimentista sustentável através de uma gestão que favorecia a extração dos recursos naturais de forma coletiva/ comunitária.

Outra diferencial era a presença da agroindústria de palmitos, uma herança deixada pela antiga empresa que tornava o assentamento privilegiado em relação aos demais da Amazônia (Brito, 2013).

No entanto problemas relativos à má gestão da agroindústria, falta de assistência técnica, falta de conhecimento dos moradores com a vivência da agricultura familiar e conflitos de moradores em relação ao formato produtivo do assentamento prejudicaram o desenvolvimento local. Durante quase 5 anos os moradores da localidade e a gestão do PDS mantiveram-se em constantes debates para modificação de algumas regras e a criação mecanismos responsáveis para a manutenção dos moradores no assentamento dando continuidade ao projeto de preservação ambiental e desenvolvimento local.

Através do levantamento de informações para o presente estudo, os entrevistados responderam que 78% dos moradores do assentamento eram oriundos de cidades, e suas rotinas habituais estavam pautadas em trabalho diferentes da vida do campo. Talvez essa representação que analisa o histórico de vida dos assentamentos seja fundamental para o entendimento de algumas questões relevantes para a pesquisa.

Somente 13% dos entrevistados afirmaram que já vivenciaram a rotina de estudos em escolas formais, no entanto todos os entrevistados garantiram que mesmo sem uma formação formal desejam que os seus filhos tenham a oportunidade de frequentar um curso superior. E ainda expressam nas suas afirmações que o conhecimento científico e o empírico são fundamentais para o crescimento da localidade, uma vez que na opinião dos produtores a falta de conhecimento com a produção das culturas praticadas por eles tornou-se um dos grandes problemas do atrofamento da localidade.

Outro grande entrave segundo os eles, aconteceu devido à forma de acesso aos financiamentos em Instituições financeiras. O crédito bancário era liberado de forma coletiva no início do projeto, consequentemente, muitos assentados não cumpriram com as obrigações, isso impediu os que sanaram os débitos tivessem acesso a novos créditos, empecilho direto na ampliação da produção de pupunha.

Um contrassenso evidenciado no assentamento é que atualmente os moradores da localidade anseiam por uma projeção governamental com a finalidade de transformar o PDS Bonal em uma pequena vila. Por seu turno, os habitantes mais jovens em suas observações alegam que não só recursos governamentais seriam eficientes para alavancar o desenvolvimento local, a iniciativa privada poderia fundamentar esse processo de crescimento através da criação de uma estrutura comercial para fornecimento de produtos e empregabilidade. Anteriormente, no processo de criação do PDS Bonal a ideia de urbanização era vista como forma negativa pelos assentados que buscavam a divisão dos lotes quando o assentamento era no formato coletivo e, ainda nessa mesma época, os problemas de ordem social derivavam prioritariamente por conta da organização estrutural em agrovilas.

Em inúmeros relatos era possível verificar a dificuldade dos moradores numa organização coletiva em prol de melhorias comuns. A vontade do assentado em ter a formalização do seu espaço próprio e as dificuldades da formação de grupos de trabalhos representam os elementos que impediram o aumento do capital social.

O engajamento da comunidade em benefícios comuns acontece de fato apenas através de duas instituições presentes na comunidade: a escola e a igreja. Ambas as instituições se configuram na comunidade como elementos de credibilidade e respeito e, dessa forma, os líderes religiosos e gestores das escolas do assentamento desenvolveram estratégias de convencimento acerca da importância do fortalecimento de grupo. A igreja pautada na ideia altruísta de doação através do exemplo de vida do próprio Cristo foi responsável pela mobilização em colheita, criação de espaços comuns como campo de futebol, refeitório em templos religiosos e confraternização que ocorreram através da forma compartilhada de alimentos.



A escola, por sua vez, celebra datas importantes como: dia das mães, dia dos pais, consciência negra, festas juninas, dia das crianças e encerramento do ano escolar. Essas datas são normalmente comemoradas no ambiente estudantil com uma grande reunião para a comunidade escolar.

O PDS Bonal é composto por três agrovilas que necessariamente representam três grandes ruas ou ramais: o Retiro, Nova Morada e Pista. Os moradores que residem na Nova Morada, parte central do assentamento, onde estão localizados os principais espaços públicos, instituições e comércios, afirmam que a comunidade é um local tranquilo, sem violência ou grandes problemas sociais, sendo a única dificuldade enfrentada por eles a escassez de água potável, mas, esse problema é minimizado através da solidariedade de alguns vizinhos que compartilham água de um poço localizado na propriedade de um pastor.

A Pista por sua vez, tem um ambiente com características semelhantes ao um bairro residencial tranquilo de habitação, com um grande número de residências e principalmente com movimentação diurna. Os moradores em seus relatos de dinâmica de vida social informaram que a comunidade “é um bom local para viver e que não existem problemas nas agrovilas, porém, os problemas decorrentes da assistência escoamento de produtos são enfrentados por eles” (Kézia de Paula, moradora do Assentamento- Resultado da pesquisa).

O Retiro representa a localidade mais distante da parte central do assentamento, é um lugar bastante movimentado por conta da grande quantidade de estabelecimentos comerciais, como bares com mesas de sinucas, músicas e rodas de conversas, os moradores sentem que a localidade é a parte do assentamento que reúne problemas sociais, violência, furtos, conflitos entre a vizinhança.

Atualmente o assentamento está condicionando a mudança nas atividades produtivas, à falta de assistência técnica, financiamento para manutenção das plantações de pupunhas, reduzidos números de habitantes por unidades familiares e poucos incentivos governamentais que levaram os assentados a busca de uma nova atividade produtiva, e por esse motivo, os plantios estão sendo aos poucos substituídos por pastagens e criação de gados.

#### 4.2. Projeto RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado

O Projeto RECA é resultado da mobilização dos colonos com a finalidade de transformar o espaço conquistado pelos produtores oriundos da agricultura familiar em ações economicamente produtivas. Localizado na região de Ponta do Abunã, na divisa dos Estados Acre e Rondônia, mais precisamente em Nova Califórnia.

Inicialmente os novos moradores fixados na região eram oriundos de outras partes do país, como sul e nordeste que, ao chegarem à localidade se depararam com uma situação de tensão e conflitos provenientes da dinâmica dos seringais da Amazônia.

Para Schildein (2008), um fator decisivo no sucesso do assentamento é o perfil dos assentados, que em sua maioria já eram agricultores familiares, no entanto, não dominavam absolutamente os aspectos geoambientais e socioculturais da localidade. Por isso, enfrentaram dificuldades no processo produtivo até a adaptação com as novas culturas praticadas na Amazônia, além de dificuldades de escoamentos de produtos por conta do rigoroso inverno amazônico e as condições precárias das vias de acesso.

Para Moreira (2003), o cotidiano dos trabalhadores do atual Projeto RECA desde sua formação até o presente momento, sempre foi marcado por questões de lutas e avanços (no tocante a permanência nas terras e adaptação com a vida na floresta), as dificuldades de acesso para escoamento de produtos, readequação da força produtiva familiar já que as famílias assentadas tinham uma estrutura familiar com poucos membros. Isso acarretou problemas na implantação dos primeiros plantios, além da necessidade de contratação de trabalhadores, associada à falta de experiência com o clima e as culturas perenes praticadas na Amazônia. Esses fatores derivaram numa busca, dos assentados, por estratégias para minimizar os problemas então sofridos por eles.

Por conseguinte, os trabalhadores desenvolveram artifícios para melhorar as condições de vida. Naquele momento da formação do projeto a preocupação do governo era puramente relacionada à ocupação e exploração econômica da região. Permanecia na época a prática do desmatamento com a finalidade de desmarcação e segurança na manutenção dos lotes. Então comum às denominadas “clareias” no meio da floresta nativa, as clareias representam o desmatamento para construção de casas e roçados.

Segundo relatos dos trabalhadores a região era desprovida de qualquer infraestrutura, a maioria dos migrantes sofreu com o processo de adaptação na vida na floresta. A localidade era literalmente no meio do mato, sem vias de tráfego, energia elétrica, transporte e assistência técnica na plantação. Dessa forma, a região passou por um processo de tentativas de fixação de moradores, algumas famílias não permaneceram nas terras por conta das dificuldades. Além da falta de estrutura, os moradores ainda conviveram com surtos de malária constantes.

Em meados de 1987, os moradores perceberam que a plantação à qual estavam acostumados anteriormente, e que estavam praticando, não renderia retorno financeiro e nem tão pouco o sustento da família, e que naquele momento precisavam de uma organização através de uma associação na tentativa de pressionar órgãos governamentais ou não governamentais na busca de melhores condições de vida. No entanto, esse mecanismo veio transversalmente por meio da Igreja Católica que com a criação de um projeto conseguiu a aquisição de rebanhos bovinos, principalmente bois de carroças para facilitar o escoamento de produtos, beneficiando os colonos dos ramais Baixa Verde e Linha 5.

Nos anos seguintes, o Bispo Don Moacir com ajuda de uma organização Entidade holandesa de cooperação internacional - CEBEMO (ligada à Igreja e que auxiliava o desenvolvimento de comunidades) idealizou um projeto com a finalidade de beneficiar 100 famílias através de recursos para financiamento e implantação de SAFS (Sistemas agroflorestais).

Essa parceria resultou na primeira agroindústria de beneficiamento de polpas de frutas. Hoje o Projeto tem uma estrutura funcional com três agroindústrias e ainda a comercialização de doces e geleias, trufas de frutas, licores, frutas frescas e palmito em conserva.

Nos anos seguintes o assentamento vivenciou importantes momentos de sua trajetória. Em 2002 ocorreu a primeira grande safra e coincidiu com a primeira grande comercialização, os principais produtos comercializados foram o cupuaçu, palmito e sementes de pupunha. Nesse mesmo ano, a comunidade foi beneficiada com inúmeros cursos que visavam melhorar a vida do produtor e aumentar a renda, tais como: reaproveitamento de alimentos, artesanatos com matéria-prima oriunda da floresta, doces, corte e costura e saúde.

Posteriormente o Projeto RECA foi reconhecido nacionalmente e internacionalmente por suas práticas sustentáveis, inovação e desenvolvimento endógeno. Inúmeros prêmios e certificações ambientais validam a organização social, exploração racional de recursos e eficiência nas atividades econômicas. Dentre eles destacam-se os mais importantes: “Samuel Benchimol” como produção ecologicamente sustentável, “Chico Mendes” por suas ações comunitárias e ainda as certificações orgânicas da produção das frutíferas como: açaí, cupuaçu, rambutã e pupunha.

Em 2011 a agroindústria de polpas de frutas e óleos implementou o manual de boas práticas para a produção de todos os produtos florestais não madeireiros (PFNMs) para atender as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), vigilância sanitária e acordos de comercializações internacionais.

Atualmente o Projeto RECA permanece na busca por qualidade de vida respeitando as peculiaridades da Amazônia, através do conhecimento recebido e repassado (capital humano), a metodologia de gestão produtiva compartilhada, organização social (capital social) e a base comunitária que intrinsecamente exerce uma preocupação ambiental (capital cultural) que resulta diretamente na dimensão econômica.

## 5. Considerações finais

Atualmente o capital social e o capital humano são elementos considerados fundamentais para que a sociedade possa se desenvolver através das relações informais, um nível de organização comunitária para alavancar o processo de desenvolvimento local.

Nesse sentido, as questões inerentes aos entes não econômicos estão sendo apresentadas na literatura como elementos fundamentais no âmbito do desenvolvimento local, uma vez que o aumento do estoque de capital social e capital humano estão diretamente relacionados à qualidade das relações interpessoais nas comunidades.

Historicamente essas relações constituem uma base de desenvolvimento endógeno. Dessa forma, o desenvolvimento local das referidas comunidades estudadas neste trabalho, está sendo promovida com bases nos recursos naturais disponíveis, capacidade de compartilhamento em redes, níveis de confiança, conhecimento dos agentes locais para o fortalecimento da economia.

No PDS Bonal o envolvimento da comunidade com as instituições/organizações está ocorrendo ainda de forma superficial, já que as instituições presentes no assentamento são classificadas, pelos assentados, como meras representações, sendo que apenas as entidades religiosas e a escola configuram-se elementos de interesses comuns. Nesse processo, as igrejas da localidade têm um papel fundamental não apenas no auxílio religioso, entretenimento com os eventos ligados à família e nas questões de ordem econômica, fatos gerados através das relações de confiança num ambiente de sociabilidade, participação voluntária, rede de compartilhamento político que facilitam o processo de planejamento e implementação da evolução local.

A agroindústria herdada pelos assentados não configurou, no longo prazo, benefícios no aumento de renda, pois a falta de assistência técnica para a condução permanente das atividades agrícolas, as dificuldades no escoamento da produção, e principalmente a dificuldade da localidade em desenvolver mecanismos para minimizar os problemas existentes através da rede de compartilhamento ajudaram na diminuição da importância da agroindústria.

A comunidade afirma que fatores relacionados à falta de investimentos através das instituições financeiras representam um grande problema no desenvolvimento local, uma vez que os produtores, nos primeiros anos do assentamento, receberam o crédito de forma conjunta, e o não pagamento por parte de alguns resultou em bloqueios de novos recursos.

Além do mais, a comunidade do PDS Bonal vive o processo de desestruturação, primeiro da forma coletiva de trabalho, questão que por anos foi colocada em debate até quando a organização do assentamento resolveu descentralizar o trabalho, deixando cada funcionário responsável pelo seu lote. Posteriormente a adaptação à vida autônoma sem ajuda dos gestores no cotidiano produtivo, e atualmente a troca da atividade econômica, onde a bovinocultura ganha novos incentivos e a lavoura torna-se cada mais escassa, tal desagregação acentua-se.

O projeto RECA por sua vez, representa, nesse sentido, corroborar com a questão da importância da influência do Capital Social e capital humano, já demonstrado com sua contribuição para o desenvolvimento local. As ações desenvolvidas nas comunidades podem ter grande influência na vida das pessoas, mesmo sendo originalizadas por uma parcela pequena do conjunto social como, por exemplo, um ramal onde os produtores desenvolvem ações em conjunto.

Essa perspectiva reforça a importância dos processos endógenos para o desenvolvimento de uma comunidade, dando valor aos aspectos locais como seus precursores, pois sendo conhecedores da realidade local e sabedores para onde querem ir ou chegar, facilitam todo o processo de planejamento e implementação de ações representadas pelo capital social e capital humano.

O modelo organizacional através de uma gestão participativa funciona inicialmente através dos grupos familiares e vizinhanças, que se reúnem coletivamente, e os associados do Projeto RECA desenvolvem toda a dinâmica de vida social de forma conjunta. Transversalmente, os moradores são assistidos com estratégias de capacitação que vão desde a forma de gerir as atividades de comercialização, alternativas para garantir a preservação ambiental, beneficiamento, armazenamento, industrialização, certificação etc.

Um grande diferencial do assentamento é a continuidade no processo de aprendizagem tanto no cultivo, quanto na diversificação da renda da comunidade, que promovem elementos como cursos e formação profissionais através de parceiros que já acrescentaram a piscicultura, apicultura e artesanatos. No entanto, o maior avanço de capital humano da localidade é a Escola Jean Pierre, que aplica a Pedagogia da Alternância e permite adaptar o ensino à nossa realidade de modo singular. Nesse sistema, o aluno vai à escola somente 15 dias durante o mês, nos outros 15 dias do mês ele excuta o aprendizado no lote da família. Tal processo constitui uma inovação importante que tornará possível uma experiência transgeracional, onde gerações estão superpostas e acrescentam desenvolvimento prático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brito, A. P. D. (2013). *Reforma agrária, capital social e a gestão dos recursos naturais: O caso do Projeto de Desenvolvimento Bonal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Brasil.
- Francis, F. (2001). *The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. Nova York: Free Press.
- Frigotto, G. (1993). *A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Knack, S., & Keeffer, P. (1997). Does social capital have an economic payoff. A cross-country investigation. *Quarterly Journal of Economics*, 112(4), 1251-1288.
- Maciel, R. C. G., Oliveira, O. F. de, & Alves Neto, F. R. (Orgs.) (2018). *Projeto de Desenvolvimento Sustentável na AMAZÔNIA*. Rio Branco: EDUFAC.
- Meda, D. (2002). *Le capital social: un point de vue critique*. Paris: L'Economie Politique.
- Minayo, M. C. de Souza (Org.). (1999). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Moreira, T. (Ed.). (2003). *Nosso jeito de caminhar – a história do Projeto Reca contada por seus associados*. Texas: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca.
- Muniz, P. S. B. (1998). *Análise socioeconômica do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca) e comparação da renda familiar dos sócios e não sócios do Projeto da região de Nova Califórnia - RO*. Monografia de Conclusão do II curso de especialização em Ecologia e Manejo Florestal Tropical, Rio Branco, Acre, Brasil.
- Olson, M. (1998). *A lógica coletiva – Bens Públicos e Teoria dos grupos*. Oeiras: CELTA.
- Paiva, R. M. (1971). *A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- Paiva, R. M. (1971). *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Putnam, R. (2000). *Bowling alone. The collapse and revival of american community*. Nova York: Simon & Schuster.
- Schlindein, M. (2008). Sustentabilidade na Amazônia - Agricultores tiram seu sustento em projeto sustentável de florestas de alimentos na Amazônia. *Revista desafios do desenvolvimento*, ano 5. Recuperado em 19 de julho de 2024, de [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1448:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1448:catid=28&Itemid=23).
- Schultz, T. W. (1971). *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.